

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E A FALÁCIA DA SUSTENTABILIDADE: UMA AGENDA PARA TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL

Ricardo Costa da Silva Souza Caggy¹
Karla Souza Caggy Costa da Silva²

Resumo

O presente artigo tem por finalidade apresentar as perspectivas sobre o desenvolvimento local frente a precarização das relações de trabalho. Diante do aumento dos excluídos do sistema econômico convencional e ausência de políticas nacionais de desenvolvimento sustentável, faz-se necessária a reflexão sobre o que realmente seja o desenvolvimento e quais os caminhos para a transformação nacional a partir do mesmo. Ademais, o artigo apresenta as formas hegemônicas de pensar a economia, contrapondo-se a estes modelos através das bases do desenvolvimento para além do capital.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; sustentabilidade; economia.

Abstract

This article aims to present perspectives on the development site opposite the precariousness of labor relations. The increase of the excluded from conventional economic system and the absence of national policies for sustainable development is necessary to reflect on what is really developing and what paths to national transformation. The article presents the hegemonic forms of economy and runs counter to these models through the foundations of development beyond the capital.

Key-words: Development, sustainability, economy.

Introdução

Com a ruptura do modelo fordista e a emergência de uma política neoliberal global, as ações de desenvolvimento nacional passam por um momento de transformação e debate. Tais modelos, baseados no grande capital, em superestruturas, e em altos investimentos do governo, perdem cada vez mais espaço dentro de propostas políticas, além de a agenda de desenvolvimento ganhar um novo item, a sustentabilidade, a qual perspectiva a manutenção e sobrevivência dos sistemas.

Esse trabalho tem por objetivo debater sobre ações de desenvolvimento local, descrever e analisar a perspectiva do desenvolvimento alinhado à sustentabilidade, buscando a verificação das falácias e mitos a respeito desta proposta de desenvolvimento local em vista da economia sustentável.

Da crise global ao desenvolvimento local

Podemos dizer, a priori, que a necessidade do debate sobre o sistema

¹Administrador (UEFS); Mestre em Administração pela Universidade Autónoma de Lisboa - (UAL), Professor da Faculdade Adventista de Administração – FAAD.

²Karla Souza Caggy Costa da Silva - Administradora (FACAPE); Fisioterapeuta - (FAFIS); Especialista em Saúde Coletiva pela Faculdade São Camilo - (FSC).

econômico atual e a interpretação deste sistema econômico é vigente, uma vez que, segundo França Filho (2007), deve-se entender a economia como uma economia plural, ou seja, como a possibilidade de coexistência de diferentes formas de “fazer economia”, as quais podem variar nos contextos sociais, históricos e culturais da sociedade.

Essa interpretação facilita a quebra do paradigma econômico, reduzindo a economia à simples troca mercantil e racional baseada em uma concepção utilitarista em que os modelos alocativos estão fundamentados na relação entre recursos e produção. Pensar a economia como plural é possibilitar a existência de sistemas alocativos não-mercantis e não-monetários. (FRANÇA FILHO, 2007). No entanto, pensar em uma economia plural é fruto da decadência do modelo hegemônico econômico fordista que dominou o mundo até a década de 70 e que necessitava de uma nova configuração para servir ao grande capital. Podemos ressaltar, ainda, que com a ascensão do modelo político neoliberal no início da década de 80 e a explosão da globalização no final, o processo de afastamento do estado e das condições de geração de emprego e de renda por este ator, diminuíram drasticamente, evidenciando a soberania das políticas nacionais que encontram-se a serviço dos interesses “globais” e dos agentes do capital internacional.

O próprio capitalismo, segundo a ótica neoclássica de organização industrial, estava evoluindo, tendo passado, no século 19, por uma fase de capitalismo competitivo e de atomização de consumidores e produtores, para uma outra fase de capitalismo industrial organizado (caracterizada pelo fordismo e taylorismo), para finalmente entrar, ao final dos anos 70, na fase atual – chamada de capitalismo desorganizado – em que os principais aspectos são a emergência de serviços financeiros e mercadológicos sofisticados, a grande importância de empresas multi-nacionais, o crescente papel da tecnologia da informação, a implantação de sistemas de produção flexíveis e a disseminação de uma economia informacional global. (MELLO, 2006)

A partir das últimas décadas do século XX, a globalização econômica se encontra relacionada às novas formas implementadas pelo capitalismo, permitindo-lhe intensificar o processo de acumulação do capital, bem como propiciar o aumento do grau da sua internacionalização. (GÓMEZ, 2002 apud SILVA e BENEVIDES, 2009).

De acordo com Mello (2006), o que caracteriza o mundo atual é a rápida e crescente interdependência da economia mundial, ou seja, o bem-estar econômico e social dos países, regiões e cidades ao redor do mundo depende, de maneira crescente, de interações complexas que estão sendo estruturadas numa escala global.

O Estado-nação perde a capacidade de regulação nas esferas da produção e da reprodução social. No mundo inteiro há um forte movimento de privatização e desregulamentação da economia, acompanhados pela retração das políticas sociais e crise do Estado-previdência. Diante disso, as transformações do capitalismo financeiro apontam para a desregulamentação global nas esferas econômica, social e política. (SOUZA SANTOS, 2008). Neste sentido, a crise do capital, a precarização das relações de trabalho, a massificação do “pensamento global” e a internacionalização dos fluxos de capital, ratifica o fato de a margem dos excluídos do grande circuito ampliar-se cada vez mais, em que os considerados fora do sistema econômico convencional buscam soluções e alternativas para a sobrevivência.

Assim sendo, não cabe pensar em economia apenas baseada nas relações mercantis, pois a manutenção e sobrevivência dos inseridos no circuito inferior dá-se em virtude de uma economia pensada de forma plural. Tal compreensão apresenta-se como uma necessidade latente, pois, segundo França Filho (2007), permite perceber as singularidades da economia solidária para além da concepção racionalista e utilitarista dominante, bem como a possibilidade de articulação entre os níveis micro e macro-social da economia plural, além de utilizar-se da percepção da economia solidária como outro modo de agir

econômico ao invés de resumi-la como uma “economia dos pobres” e excluídos. Ademais, pensa na prática da economia solidária a partir de diferentes nodos de gestão e ainda na criação de um modelo de gestão que constrói conjuntamente oferta e demanda.

Nesta concepção paraeconômica para Ramos (1989), o mercado deixa de ser a principal referência do processo de alocação de recursos, ou seja, as práticas de economia-solidária e os seus resultados deixam de ser avaliados por indicadores de mercado e passam a ser vistos através do social, político, cultural e econômico em uma concepção sustentável-solidária, indicadores de desenvolvimento.

O modelo hegemônico do pensamento econômico ainda valora e avalia os sistemas econômicos de maneira singular, numa perspectiva meramente mercantil, o que reflete nas avaliações do que é desenvolvido, ou supostamente subdesenvolvido, e as ações emergentes e periféricas na tentativa de desenvolvimento econômico em uma perspectiva plural. Estas, ainda não acontecem de forma generalizada. Estão alinhadas, principalmente, a ações incrementais e locais com aporte da participação popular e ainda distantes de um projeto político nacional, mas que emana a necessidade de um repensar o desenvolvimento, agora com um olhar do local para o global. Essa necessidade se justifica, no mínimo, como contraposição

à convencional prescrição de 'mais crescimento econômico', acompanhado de instrumentos compensatórios das evidentes mazelas sociais e ambientais geradas pelos padrões de crescimento que vigoram até os dias atuais. (MALUF, 2000).

Ainda de acordo com Maluf (2000), o procedimento mais adequado e, sem dúvida, cauteloso quanto ao significado da noção de desenvolvimento é o de ater-se ao sentido literal do termo e às duas ideias principais nele contidas: as de melhoria e de processo.

[...] Daí deriva o sentido a ser atribuído ao desenvolvimento econômico e sua definição como o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo. Trata-se de uma definição instrumental (como quase todas neste campo) adequada ao tratamento das questões em debate na literatura, que evita ao mesmo tempo uma abordagem paradigmática do tema e o procedimento convencional -às vezes ingênuo- de propor uma definição tão 'compreensiva' que seja capaz de iluminar e dar coerência à ampla variedade de aspectos que se quer ver considerados. (MALUF, 2000).

Tem-se, então, o desenvolvimento como um processo sustentável de melhoria da qualidade de vida, devendo ser avaliado por indicadores da própria sociedade, isto é, do local dos crescimento.

Ao se recorrer a estes conceitos, dois aspectos merecem destaque: 1) a ligação do desenvolvimento à apenas o crescimento econômico é no mínimo um equívoco estrutural e conceitual; 2) os indicadores de avaliação do desenvolvimento devem ser criados a partir de construções locais, ou seja, das pessoas que compartilham e constroem o processo de melhoria.

O conceito de local tem grande relevância neste debate, uma vez que minimiza a influência do olhar hegemônico e racionalista do grande capital, nos quais indicadores econômico-financeiros saltam a frente da análise de qualquer ação de desenvolvimento. Adota-se, portanto, nesta análise, o conceito de local que pode ser definido como a singularidade com história e memória próprias, com identidades e práticas políticas determinadas. Segundo Fischer (1992 apud SILVA, 2008), "como objeto de investigação o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído":

A noção de 'local' contém duas ideias complementares em um sentido e antagônicas em outro. Se o 'local' refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância e certa inércia, contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a

interesses comuns. E, assim, invariavelmente a análise do 'local' remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas. No entanto, se o espaço local tem um fundamento territorial inegável, não se resume a este, como, aliás, assinalam os geógrafos ao nos dizerem das muitas maneiras de se construir os espaços, refutando fronteiras institucionais e reconstruindo-as em função de problemáticas adotadas. (FISCHER, 1992 apud SILVA, 2008)

Assim, segundo Oliveira (2001), o desenvolvimento local poderia, corresponder, em âmbitos mais restritos e mais circunscritos, à noção de desenvolvimento humano trabalhado pela ONU, ou seja, à satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida. O autor traz algumas ressalvas a quanto a essa conceituação, em que a primeira considera o não-desenvolvimento local como um sub-desenvolvimento no sentido forte de que ele é peculiar ao subsistema do capitalismo, tendo implicações teóricas e práticas, pois, ainda segundo o autor, “o desenvolvimento local não será o elo numa cadeia de desenvolvimento total”, ou é concebido como alternativa, ou reproduzirá a forma estrutural.

Outra ressalva realizada por Oliveira (2001) ao conceito de desenvolvimento

local está ligada à dimensão da cidadania, “a qual, por sua vez, não é passível de ser mensurada a não ser por procedimentos tautológicos, que consistem em atribuir-se pontos àquilo que se quer medir”. Assim, a ideia de desenvolvimento local deve ser entendida de forma polissêmica, e necessariamente comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania, na qual “qualquer tentativa, pois, de transformá-la em modelos paradigmáticos, está fadada ao fracasso”. O desenvolvimento local não necessariamente entraria em contradição, ou em tensão, com a globalização, podendo ser, ao contrário, um de seus círculos concêntricos (OLIVEIRA, 2001).

Nesta perspectiva de desenvolvimento local, outro conceito é convocado para o entendimento global do desenvolvimento, a democracia, que “se a entendermos no sentido forte da palavra, isto é, no sentido da igualdade, da participação coletiva de todos na apropriação dos bens coletivamente criados — tem também uma dimensão social e econômica.” (COUTINHO, 2008).

Segundo Coutinho (2008), “não existe efetiva igualdade política se não há igualdade substantiva, a qual passa necessariamente pela esfera econômica”, ou seja, não se pode falar em efetiva democracia sem que existam condições igualitárias econômicas, sociais e políticas dos indivíduos, o acesso e o uso da cidadania

devem ser efetivamente democráticos. Assim, pensar em desenvolvimento local é pensar num conjunto sinérgico de fatores que podem elevar ou melhorar o processo de qualidade de vida das pessoas (que compartilham de um espaço), no âmbito econômico, político, social, cultural e ambiental. Caso estas condições não sejam avaliadas, podemos estar caindo no engano do “crescimento econômico” ou, quiçás, numa criação de um subsistema de poder³ que repete o sistema de desenvolvimento do grande capital.

Apesar da característica incipiente, não se pode negar as tentativas incrementais da articulação de políticas nacionais com o propósito da alavancagem de desenvolvimento local. Diante disso, é importante compreender que, segundo Teixeira (2008), o principal objetivo dessas políticas é de, por meio da melhoria da competitividade de empresas especializadas setorialmente e aglomeradas territorialmente, promover uma melhor distribuição regional e social de renda, contribuindo para a instalação de um processo de desenvolvimento local sustentado. Para o autor, esse tipo de política é frequentemente interpretada como uma alternativa inovadora às políticas industriais e de desenvolvimento regional tradicionais, caracterizada pelo fo-

mento as atividades manufatureiras, com grandes projetos de infra-estrutura e a criação de pólos industriais, traço marcante das políticas de desenvolvimento praticadas na região até a década de 1980:

Idealmente, políticas voltadas para a promoção de APLs adotam, em geral, uma perspectiva local do desenvolvimento, constituindo-se em alternativa às políticas voltadas, exclusivamente, para o crescimento econômico. Os objetivos vão além da acumulação e concentração do capital, ao contemplar ações que contribuam para erradicar a pobreza e diminuir as desigualdades existentes. Nessa perspectiva, importa, além do crescimento em si, a criação de meios pelos quais os territórios possam construir uma base produtiva sólida e sustentável. Para isso, as políticas de promoção de APLs normalmente incluem, em paralelo à busca de competitividade pelas empresas, outras dimensões das realidades locais, tais como: i) o capital humano (os conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida); ii) o capital social (os níveis de confiança, cooperação, reciprocidade, organização social e participação política da sociedade civil local); iii) a governança (as formas de liderança, participação, coordenação e negociação dos conflitos); e iv) o uso sustentável do capital

³As relações de poder se sustentam e são passíveis de existência por meio de alguns atores, dentre eles o Estado e os grupos de interesses (elites, partidos políticos, empresas e outros) vinculados ou não ao mesmo. (SILVA, 2008)

natural (TEIXEIRA, 2008).

Nesse aspecto, é válido recorrer a Dagnino (2004) a fim de apresentar um paradoxo da sociedade brasileira. Tem-se que a participação da sociedade civil tornou-se central como característica distintiva desse projeto, sucumbindo a criação de espaços públicos em que o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade. Ou seja, se de um lado temos um estado neoliberal, eximindo-se da sua responsabilidade, de outro temos uma ampliação da atuação da sociedade civil que participara de um processo de (re)democratização do país e agora é cooptada para a intervenção no desenvolvimento da sociedade, servindo no que Dagnino cita como “confluência perversa” da atuação da sociedade civil.

Essa perspectiva é salutar na discussão, pois se estamos falando em desenvolvimento, analisado em diferentes perspectivas (e não somente no âmbito econômico), deve-se debater o desenvolvimento da sociedade na construção de um projeto político em que a sociedade civil faça realmente parte e não seja apenas um mero expectador de políticas constituídas no seio da perspectiva neoliberal.

Sendo assim, surgem alguns ques-

tionamentos: como então desenvolver localmente e contemplar as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais? Qual o papel da sociedade civil neste processo? Como manter ao longo do tempo estas ações? Como construir um projeto político⁴ verdadeiramente pautado na sustentabilidade?

Estes questionamentos encontram um aporte nos conceitos disseminados de desenvolvimento sustentável. Mesmo que por vezes com fragilidades estruturais, a sustentabilidade tornou-se a perspectiva de apoio para o discurso que coaduna com as ações de poder local.

Keinert (2008) observa que existe uma panacéia de conceitos e banalização teórica quanto à expressão sustentabilidade. Veiga (2006) defende a tese de que o desenvolvimento sustentável anuncia a utopia que tomará o lugar do socialismo, já que as políticas nacionais brasileiras ainda estão orientadas por indicadores econômicos, típicos do mercado, (grande capital) e não estão conduzindo à redução das desigualdades sociais nem ao uso racional dos recursos naturais, dimensões indispensáveis a perspectiva sustentável.

O conceito mais difundido de desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem

⁴“O termo projetos políticos num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.” (DAGNINO, 2004).

comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991). Pensar em sustentabilidade é pensar em desenvolvimento sem cortes temporais e a ampliação da capacidade de harmonização coletiva, em que os interesses individuais e egoísticos são sucumbidos pela perspectiva coletiva e atemporal.

Sachs (2008) propõe cinco pilares para a sustentabilidade: 1) a sustentabilidade social, que implica em construir uma sociedade (por motivos intrínsecos e instrumentais); 2) a sustentabilidade econômica, a qual implica na condição para que as coisas aconteçam; 3) a sustentabilidade ambiental, a qual trata de respeitar os limites de capacidade de carga e de provedores recursos; 4) a sustentabilidade territorial, voltada para um equilíbrio das distribuições dos recursos, das atividades e das populações; 5) a sustentabilidade política, voltada para a manutenção da liberdade e da governança democrática.

Existem múltiplos níveis de sustentabilidade, o que leva à questão da inter-relação dos subsistemas que devem ser sustentáveis, o que, no entanto, por si só não garante a sustentabilidade do sistema como um todo. A sustentabilidade é passível de análise do ponto de vista de um subsistema, como por exemplo, dentro de uma comunidade local, no entanto, deve-se reconhecer que existem inter-relações e fatores que não podem ser controlados

dentro das fronteiras desses sistemas menores. (BELLEN, 2005).

Desta forma, encontramos as primeiras falácias no conceito de desenvolvimento local sustentável. Seria impossível avaliar a sustentabilidade de ações de desenvolvimento (em qualquer dimensão) sem a análise das interrelações do local com outros locais, ou até mesmo com o global. É necessária a criação de indicadores que contemplem as interrelações e as influências endógenas e exógenas que elas produzem no processo de desenvolvimento local.

O segundo aspecto é que o discurso massificado (e que já quase senso comum) é que a sustentabilidade deve ser encarada primeiramente ou prioritariamente em uma perspectiva ambiental, esse equívoco diminui os pilares da sustentabilidade sobre a questão ambiental (não que a sua importância relativa seja diminuta). No entanto, fica comprometida toda e qualquer ação do ponto de vista sustentável em que os indivíduos não agem sob o ponto de vista da construção de uma aprendizagem social, do amadurecimento político e, principalmente, não compartilham de um projeto político. A atuação da sociedade civil torna-se apenas como ferramenta em um processo desenhado por outros. Assim, a sustentabilidade e as ações de desenvolvimento local devem prioritariamente passar por ações de desenvolvimento político, social e territorial, a fim de que haja uma

construção sólida do desenvolvimento econômico e ambiental sustentável.

Outro aspecto importante nessa construção é o da sociedade civil, já que a construção sustentável perpassa por uma motivação local, devendo encontrar o abrigo ou o aporte necessário no estado, pois políticas nacionais desenhadas e impostas não desenvolvem, apenas replicam modelos que podem ou não gerar apenas desenvolvimento econômico (crescimento) regional.

Uma ressalva a ser feita, no que se refere à sociedade civil e ao processo de desenvolvimento social como sociedade civil, é que se entende os diferentes interlocutores da sociedade como movimentos sociais, indivíduos, ONGs etc. A sociedade civil não se restringe às ONGs, nem tampouco aos movimentos sociais, mas entende-se como todos os atores não pertencentes ao Estado. Essa concepção é importante, uma vez que possibilita o entendimento do desenvolvimento sustentável no âmbito do social, presumindo-se o desenvolvimento do debate, participação, cidadania e consciência política dos participantes do projeto de desenvolvimento local.

Uma perspectiva, aqui adotada, como projeto de desenvolvimento local sustentável é a contida em França Filho (2008), que trata a concepção sustentável-solidária como parte da premissa segundo a qual as saídas ou soluções para

problemas estruturais (para os que estão a margem do circuito superior do grande capital) não podem ser individuais, isto é, baseada numa suposta capacidade empreendedora individual, mas coletivas, baseadas em novas formas de regulação das relações econômico-sociais. Nesta perspectiva, França Filho (2008) considera como fundamental, a valorização de soluções endógenas a partir da ideia de que todo local pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas.

Uma rede de economia solidária significa uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas a constituição de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos. São dois os principais objetivos de uma rede de tal natureza: - permitir a sustentabilidade dos empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária em particular; - fortalecer o potencial endógeno de um território na sua capacidade de promoção do seu próprio processo desenvolvimento. (FRANÇA FILHO, 2008).

As redes de economia solidária funcionam como mecanismos na tentativa de reconhecimento de outro modo de instituir e agir a prática da econômica. Assim, as redes “consistem num associacionismo mais amplo, compreendendo certo número de experiências concretas de organização de fomento e apoio que compartilham va-

lores e regras comuns” (FRANÇA FILHO, 2007). Essa prática apresenta, segundo o autor, um caráter militante e, ao mesmo tempo, de assistência técnica.

É válido lembrar que esta concepção encontra-se assentada em uma perspectiva sustentável-solidária, em que se percebe a necessidade de construção de estratégias territoriais de desenvolvimento, em torno de outra dinâmica econômica, baseadas na construção e fortalecimento de circuitos sócio-produtivos locais e integrados ao tecido das relações sociais, políticas e culturais de um lugar. Segundo França Filho (2006), essa perspectiva acata iniciativas econômico-solidárias articuladas com as dimensões sociais, culturais e políticas de certa região, buscando um desenvolvimento mais abrangente do que ações focadas apenas na perspectiva insercional-competitiva.

As estratégias de economia solidária, na perspectiva insercional-competitiva⁵, possuem valor para o desenvolvimento de regiões, mas estão focadas somente em uma concepção de economia mercantil, pois baseiam suas estratégias no fomento a qualificação profissional de forma planejada e atenta as demandas de mercado, promovendo a ascensão de desempregados à economia mercantil (como

trabalhadores qualificados), ou promovendo práticas empreendedoras, mas também pautadas na economia mercantil.

A perspectiva de redes de economia-solidária difere-se, assim, de uma estratégia insercional-competitiva, uma vez que percebe a co-existência de um sistema econômico, em que a troca mercantil, a escassez de recursos e a produção não são os únicos balizadores das ações econômicas. Ao contrário, valoriza-se a ideia de Guerreiro Ramos (1989) do modelo paraeconômico, em que a computação da riqueza das nação não registre apenas o que é vendido e comprado, mas também os recursos e aquilo que é produzido em uma base solidária, de associacionismo ou cooperativismo.

Considerações Finais

Em suma, buscamos evidenciar aspectos relativos ao desenvolvimento local em face às necessidades de (re) avaliar a econômica mundial e nacional. Uma análise das últimas décadas apresenta uma ruptura dos modelos econômicos baseados no fordismo, taylorismo e a emergência de relações competitivas globais, em que os estados perdem cada vez mais o seu poder político e soberano

“Consiste em buscar inserir a população desempregada nos chamados circuitos formais da economia, constituídos, sobretudo, pelos postos de trabalho gerados na economia de mercado por meio das empresas privadas e, subsidiariamente, das instituições públicas de Estado em seus mais variados níveis, via concurso público, quando acontece.” (FRANÇA FILHO, 2008).

em virtude da dominação do grande capital internacional.

A precarização das relações de trabalho, a internacionalização das economias e o projeto político neoliberal foram cruciais no processo de fortalecimento de uma postura hegemônica de avaliação e olhar unicamente mercantil para o desenvolvimento nacional. Além disso, a ausência de um projeto político essencialmente nacional, pautado no desenvolvimento (em todos seus aspectos), foi evidência marcante da década de 90 e final do século XX.

Assim sendo, a atuação da sociedade civil é fundamental na tentativa de desenvolvimento regional (local), em que se busca, através de ações por vezes isoladas e incrementais, alternativas para regiões desinteressantes para os investimentos do grande capital.

É perceptível a ausência de um projeto político nacional que viabilize alternativas ou, pelo menos, se articule entre diferentes interlocutores da sociedade civil em vista do desenvolvimento, no seu significado mais amplo. As perspectivas políticas e de apoio do Estado ainda se baseiam em indicadores mercantis e econômicos de avaliação, minimizando as dimensões sociais, políticas e culturais.

Ainda se verifica que a sustentabilidade das ações a ser observada é apenas ambiental e, em outros casos, faz parte de um discurso sem base e quase beirando o

senso comum. Acredita-se que a necessidade da consciência sustentável perpassa uma (re)avaliação do desenvolvimento, pois as dimensões sociais, políticas e culturais devem fazer parte de uma base estruturante para as ações de desenvolvimento local, pois são estas dimensões que podem ampliar a consciência coletiva e a aprendizagem social.

Por fim, acreditamos que exista a necessidade da ampliação das redes de economia solidária, em que o compartilhamento de ideias e soluções locais podem gerar a inquietação necessária da sociedade civil em determinados locais, criando soluções próprias, com indicadores próprios de avaliação e, principalmente, ampliando o debate e a participação em um verdadeiro projeto político de desenvolvimento sustentável nacional.

Referências

- BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2005.
- CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), **Nosso futuro comum**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1991
- COUTINHO, C. N. **Democracia**: um conceito em disputa. Disponível em <http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/155-artigo/699-democracia-um-conceito-em-disputa>. Acesso em 12/12/2009.

DAGNINO, Evelina. **¿Sociedade civil, participação e cidadania**: de que estamos falando? En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

DE MELLO, P. C. Uma visão comparativa do conceito de desenvolvimento econômico de Furtado com as teorias recentes. **História e Economia Revista Interdisciplinar**. V. 2, n. 1, 2006.

FISCHER, Tânia. **Poder local**: um tema em análise. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 4, 1992.

FRANÇA FILHO, G. **Teoria e prática em economia solidária**: problemática, desafios e vocação. In: Civitas, Porto Alegre - PUCRS, V.7, n.1, jan-jun-2007.

FRANÇA FILHO, G., **A via sustentável-solidária no desenvolvimento local**", O&S - v.15 - n.45 - Abril/Junho – 2008

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1989.

KEINERT, Tânia M. M. **Sustentabilidade**: caminho ou utopia? (RESENHA) RAC, Curitiba, v. 12, n. 2, Abr./Jun. 2000.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Outubro 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvi-

mento local? São Paulo, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

SACHS, I. **Desenvolvimento, incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

SILVA, R. C.S.C.; BENEVIDES, T. **Neoliberalismo, Globalização e a relação com a Precarização do Trabalho no Brasil**. 2009.

SILVA, Márcia. **Poder local**: conceito e exemplos de estudos no Brasil. Soc. nat., vol.20, n.2, 2008.

TEIXEIRA, Francisco. Políticas públicas para o Desenvolvimento regional e local: o Que podemos aprender com os Arranjos produtivos locais (APLs)? **Organização e sociedade**. V.15 - n.46 - Julho/Setembro – 2008.